CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 | 03 | 2016	15h05	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 16ª
(DÉCIMA SEXTA)
SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL PARA DEBATER O PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS NO DISTRITO FEDERAL,
DE 10 DE MARÇO DE 2016.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – O Expediente lido vai à publicação.

Em razão da aprovação do Requerimento nº 1.485, 2016, de autoria do Deputado Chico Vigilante, a sessão ordinária de hoje, quinta-feira, 10 de março de 2016, fica transformada em comissão geral para debater o preço dos combustíveis no Distrito Federal.

Convido as Sras. e Srs. Deputados, bem como todos os convidados a participarem desta comissão a se dirigirem ao plenário.

Peço à Segurança para verificar se há alguém na porta esperando e encaminhe ao plenário.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h08min, a sessão é reaberta às 15h19min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Sob a proteção de Deus, reiniciamos os nossos trabalhos.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 | 03 | 2016	15h05	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

Ao dar as boas-vindas a todos os presentes, tenho a honra de declarar abertos os trabalhos desta comissão geral para debater os preços dos combustíveis no Distrito Federal.

Pessoal que está de pé por ali ainda pode tomar as poltronas aqui dos Deputados. Pessoal que está lá fora também. Quem está aí na bancada da galeria também pode ocupar essas poltronas aqui.

Convido a tomar assento à Mesa o Superintendente-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, Sr. Eduardo Frade Rodrigues; o Sr. Coordenador-Geral de Análise *Antitrust* do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade, Ravvi Augusto de Abreu Coutinho Madruga; o Sr. Diretor-Geral Interino do Instituto de Defesa do Consumidor – Procon-DF, José Oscar da Silva; o Sr. Assessor da Coordenadoria de Defesa da Concorrência da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível, Douglas Pereira Pedra.

Nós ainda estamos aguardando um representante do Ministério Público. Eu conversei com o Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal, Sr. Leonardo Bessa, que já foi Promotor Chefe da Promotoria de Defesa do Consumidor, ele me assegurou que estaria aqui no dia de hoje, só que ele teve um imprevisto. Ele me pediu desculpas, falou-me que havia convidado o pessoal do Gaeco e, também, da Promotoria da Defesa do Consumidor.

Portanto, estamos aguardando algum representante do Ministério Público, bem como o representante da Petrobras Distribuidora do Distrito Federal, Ivan da Silva Ferreira, e também o representante da Polícia Federal. Eu falei com Dr. Diretor-Geral da Polícia Federal do Brasil, Dr. Leandro, que me assegurou que viriam delegados federais. Portanto, tão logo eles cheguem, estarão à disposição aqui na Mesa.

Nós convidamos, também, o Presidente do Sindicato do Comércio Varejista dos Combustíveis do Distrito Federal. Mandamos o convite oficial, depois tentamos um contato por telefone, não encontramos o cidadão. Espero que ele compareça a tempo, até porque temos o maior interesse em ouvir os representantes do setor. Acho que não dá para ficar a vida inteira sem vir para dar explicações necessárias.

O sentido dessa comissão geral – hoje é quinta-feira, é um dia em que a gente transforma a sessão deliberativa da Câmara Legislativa em comissão geral – é para debater a questão do preço dos combustíveis no Distrito Federal e a operação Dubai realizada aqui pela Polícia Federal, com a coordenação do CADE, porque, do nosso ponto de vista, essa situação se reveste na mais alta importância para a população do Distrito Federal, para todos nós que somos moradores dessa cidade.

Portanto, nós fizemos questão de convidar a comunidade como um todo, mas, especialmente, alguns segmentos dessa comunidade. Por exemplo, os feirantes do Distrito Federal, porque os feirantes com suas Kombis, seus carrinhos, eles dependem diretamente da compra de combustíveis para fazer o transporte dos alimentos para as feiras, para revender para a gente. O preço das mercadorias, dos

produtos lá na feira, depende muito do preço que se vende o combustível no Distrito Federal.

Gostaria de registrar nesse momento a presença do Deputado Roosevelt Vilela, do PSB do Distrito Federal.

Tem algumas coisas que são inexplicáveis. Eu participei como relator da CPI dos Combustíveis do Distrito Federal, nos anos de 1993 e 1994. Constatamos efetivamente que havia um cartel instalado. Na época nós indiciamos 21 pessoas – eles que contratam as melhores bancas de advogados do Distrito Federal e do Brasil. Nós indiciamos, ele foram denunciados pelo Ministério Público do Distrito Federal. Na época, o Promotor que cuidava desta parte era o Dr. Leonardo, da Promotoria de Defesa do Consumidor. Depois eles se livraram na Justiça.

Para nossa felicidade, a coordenação do Cade, essa operação toda que foi feita com a Polícia Federal, todo trabalho que tem sido feito e que é louvável... Aí nós convidamos os senhores aqui, para que os senhores nos falem como andam essas coisas, mas também para homenageá-los pela coragem que os senhores tiveram.

Eu, particularmente, sei que não é fácil enfrentar essa gente, porque cheguei a ser ameaçado de morte. Tive que ficar oito meses sob a guarda de agentes da Divisão de Operações Especiais da Polícia Civil, porque queriam me eliminar. Felizmente não conseguiram, continuo vivo para continuar denunciando.

Nós convidamos o representante da BR Distribuidora porque, do nosso ponto de vista, a BR Distribuidora tem muita responsabilidade com esse cartel instalado aqui.

Além de convidar, nós ainda encaminhamos um requerimento para que eles prestassem informações com as notas fiscais da gasolina, do óleo diesel, do etanol, adquirido entre dezembro de 2015 e fevereiro de 2016. Eles encaminharam uma resposta, que eu vou ler já no início aqui, que diz:

"Ao Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara Legislativa do Distrito Federal Vossa Excelência Deputado Chico Vigilante.

Ref.: 1) Ofício datado de 12 de fevereiro de 2016. Solicitação de Notas Fiscais de venda de combustíveis, e;

2) Ofício nº 101 – GAB – 09 – Convite – Comissão Geral."

Nós requisitamos as notas e os convidamos para esta comissão geral.

E ele responde:

"A Petrobras Distribuidora S.A. recebeu Ofício de V. Exa. Solicitando que fosse fornecida, à Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara Legislativa do Distrito Federal, cópia das notas fiscais de venda de gasolina, etanol e óleo diesel, no período de dezembro de 2015 a fevereiro de 2016.

Com o intuito de colaborar com o acompanhamento da evolução dos preços de combustíveis no Distrito Federal, realizado pela Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara Legislativa do Distrito Federal, a Petrobras Distribuidora S.A. fez um levantamento interno e encaminha planilha contendo a média quinzenal dos preços dos produtos acima mencionados, vendidos para cada um dos 160 (cento e sessenta) postos de 'bandeira' BR do Distrito Federal.

Por se tratarem de dados concorrenciais sensíveis, solicita-se que sejam tratados como confidenciais, restringindo-se o seu acesso aos membros da comissão e não permitindo a sua divulgação a terceiros.

Quanto ao honroso convite para compor a Mesa da comissão geral, criada com o intuito de debater o preço dos combustíveis no Distrito Federal, no dia 10 de março de 2016, no plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal, comunicamos que o senhor Presidente da Petrobras Distribuidora não poderá comparecer por motivos de agenda.

Aproveitamos a oportunidade para informar que a Petrobras Distribuidora não atua sozinha no mercado de distribuição de combustíveis no Distrito Federal, razão pela qual sua contribuição seria limitada a sua atuação.

No entanto, existe um Sindicato que representa, em nível nacional, as principais companhias distribuidoras de combustíveis e de lubrificantes do País – Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes – SINDICOM, e que poderá melhor contribuir aos objetivos desta comissão geral."

Eu penso que eles não compreenderam. A convocação também fizemos, e depois vamos convocá-los novamente para virem explicar. Nós queremos saber a relação deles com a Cascol, queremos saber quem são as outras, até porque as outras eu conheço também.

Quando na CPI, eu tive a oportunidade de ir à Senador Canedo, que é uma base de distribuição de combustíveis – na época havia no Brasil cerca de seiscentas distribuidoras – e o que eu vi lá na verdade foi uma coisa muito mambembe: é um escritório, três cadeiras, uma mesa e dizem que é uma distribuidora de combustíveis. E tem o chamado tanque, que chamam de mãe. Daquele tanque sai o combustível para a BR e do mesmo tanque sai na mesma hora para a Total e para todas, do mesmo tanque. Portanto, como é que temos concorrência nisso?

Na nota que eles encaminharam, que vou disponibilizar para o Cade, eles falaram que não se poderia passar para terceiros, mas eu posso passar para o Cade. Os senhores vão ver aqui, pelas pesquisas muito bem feitas pela Agência Nacional de Petróleo, mês a mês, como se deram as vendas. Por exemplo, no dia 1º de dezembro de 2015, a Cascol Combustíveis comprou a gasolina a R$3,23 e houve postos que compraram a R$3,25, a R$3.26 e a R$3,28. Eu pergunto: por que todo mundo tem o mesmo preço? Na época da CPI dos Combustíveis, nós descobrimos, com o depoimento prestado à CPI pelo então Subsecretário da Receita do Distrito Federal, que cada centavo que aumentava ou diminuía no preço da gasolina no

Distrito Federal correspondia na época a 800 mil reais. Estou falando de um centavo. Dados da Subsecretaria da Receita do Distrito Federal. Um centavo aumentava 800 mil reais. Hoje, eu creio que um centavo aumenta mais de 1 bilhão de reais. Nós temos aqui um levantamento que nós retiramos do site da ANP – Agência Nacional do Petróleo – no dia de hoje que mostra que, enquanto no Distrito Federal o preço médio da aquisição do combustível é de R$3,28 e o lucro é de R$0,68 por litro, na nossa vizinha Goiânia o preço médio é de R$3,43 e a margem de lucro é de 14%. Nenhum posto está fechando em Goiânia, nem se está desempregando ninguém lá, mas a margem de lucro no Distrito Federal é 20,79%. Logo, eles estão mentindo para o Ministério do Distrito Federal. Eles fizeram um TAC – Termo de Ajustamento de Conduta – dizendo que iam limitar o lucro a 15%. A Agência Nacional do Petróleo hoje mostra que a margem de lucro é de 20,79%. Em Goiânia é de 14,60%, em Manaus é de 17%, em Macapá é de 8,53%, enquanto em Brasília é de cerca de 20%. Em Belo Horizonte é de 8,94%, Natal é de 14%, Aracaju é de 12%, Maceió é de 13%, Porto Alegre é de 13%. Portanto, alguém precisa explicar por que temos essa margem de lucro absurda em Brasília! E por que só em Brasília!

Eu já estive em Macapá. Para você chegar à Macapá, ou você vai de avião ou vai de barco. A gasolina aqui chega de duto, que é o transporte mais barato que existe. Para ela chegar à Macapá, primeiro vai de carreta até Belém ou vem de barco da refinaria de Manaus e demora para chegar em Macapá. Aqui o lucro chega a ser superior ao que é praticado em Rio Branco. Então, nada justifica essa margem de lucro. É isto que nós estamos aqui hoje a debater: como nos livrarmos, como a sociedade pode ajudar esses órgãos que tão bem estão desempenhando o seu papel no sentido de enfrentarmos esse cartel que é um dos mais nocivos.

Vejo aqui vigilantes, comerciários, bancários, feirantes, todos trabalhadores preocupados com essa situação que vivemos.

Inicialmente concedo a palavra ao Superintendente Geral do Conselho Administrativo de Defesa do Consumidor – CADE, Sr. Eduardo Frade Rodrigues. V.Sa. terá o tempo que achar necessário. Não vou limitar tempo para a Mesa. Vocês poderão falar o tempo que for necessário porque queremos sair daqui hoje com tudo esclarecido e sabendo como poderemos ajudá-los no combate que estão fazendo, enfrentando o que eu considero uma máfia no Distrito Federal, que é máfia dos preços dos combustíveis.

SR. EDUARDO FRADE RODRIGUES – Obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Agradeço, primeiramente, em nome do Cade o convite. É um prazer e uma honra estar aqui debatendo este tema importantíssimo. A energia e os recursos que o Cade tem devotado na investigação desse caso e do que ocorre no mercado de combustível do Distrito Federal ao longo de vários anos e, de forma mais intensa, agora, demonstra a preocupação do Cade com o que vem acontecendo no mercado e demonstra a preocupação do efeito disso sobre os consumidores e sobre todos nós, que estamos há anos enxergando o que acontece nesse mercado.

Eu adianto que temos de ter um pouco de cuidado. A investigação está sob meus cuidados, então tenho que ser cauteloso para não entrar muito no mérito e não fazer prejulgamentos, a intenção não é essa. Reitero que a investigação ainda está em aberto, então ainda não temos fase de contraditório instaurada e uma conclusão finalizada. Dito isso, creio que temos bastante coisa a ser dita. O que vou tentar fazer aqui para esclarecer, Deputado Chico Vigilante, é retomar um pouco o que aconteceu nesse caso, ver em que pé estamos agora e o que deve acontecer daqui para a frente.

O Cade vem investigando esse mercado de revenda de combustíveis no Distrito Federal há muitos anos. Temos investigações que remontam o início do ano 2000. Temos até condenações nesse mercado por volta de 2004. Essa investigação de agora, especificamente, teve início em 2009. Depois de recebermos denúncias no Cade, começamos a fazer análises econômicas dos números que recebíamos, contatar agentes de mercado e assim por diante. Tem uma pergunta que sempre surge, e que foi feita pelo Deputado Chico Vigilante, que é tendo em vista que vemos esse mercado há anos, e vemos os preços paralelos, todos iguais, por que demora tanto para se tomar uma atitude desse tipo, por que não foi constatado o cartel anteriormente? Isso é importante dizer. O mercado de combustíveis é um mercado que economicamente seria, em tese, possível argumentar preços muito próximos em razão de margens parecidas, em razão de estrutura de custo parecido, é um produto muito homogêneo, é um mercado muito transparente, uma série de razões. Mas, de fato, temos ferramentas econômicas para tentar demonstrar e constatar que algo de errado pode estar acontecendo. Desde 2010, o Cade já vem constatando – na verdade, na época era Secretaria de Direito Econômico, mas a secretaria foi extinta e hoje quem cumpre esse papel é a Superintendência Geral do Cade – que de fato havia algo errado. Para de fato pegar um cartel e constatar que ele está acontecendo, precisamos, quase sempre, de provas diretas. Então, precisamos constatar o conluio, precisamos constatar que de fato está havendo aquele acordo ilícito de combinação de preços entre empresas, ou de divisão de clientes, ou de divisão de mercados.

Então, o Cade passou muitos anos fazendo um trabalho de formiguinha em que íamos, primeiro, constatando evidências econômicas e indícios de um possível cartel. Sr. Presidente, V.Exa. constatou muito bem aqui, são coisas que chamam a atenção. Então, para começar, os preços todos iguais, ou muito próximos, ao longo de muito tempo, o que chamamos de paralelismo de preço. Quando vamos olhar as margens de lucro das empresas daqui e comparar com outros locais, inclusive locais próximos, vemos que a margem é muito maior, muito embora os postos, necessariamente, tenham estrutura de custos distintas, comprem gasolina de distribuidoras a preços distintos. É a pergunta que V.Exa. fez: "por que os preços são todos iguais?" Nós também nos fazemos essa mesma pergunta, e tudo isso é, de fato, indício de um cartel que opera aqui há muitos anos.

Com o avançar da investigação, conseguimos elementos suficientes finalmente para, em conjunto com a Polícia Federal e o Ministério Público, adotar

uma ação mais invasiva – era necessário um deferimento pelo Poder Judiciário de escutas telefônicas, interceptações telefônicas, que foram feitas ao longo de 2015 e que nos trouxeram, de fato, mais provas e evidências de que esse cartel poderia estar acontecendo aqui em Brasília, o que levou no finalzinho de novembro de 2015 à chamada Operação Dubai, uma operação de busca e apreensão, inclusive com prisões etc., conduzida pela Polícia Federal, Ministério Público e Cade. Também colhemos uma quantidade grande de material, que está sob análise.

Aproveito até para dizer como está isso neste momento, Deputado. Por razões legais e necessárias à investigação, o material ainda está na Polícia Federal, sendo extraído pelos peritos, como deve ser. Assim que esse trabalho esteja feito, isso vai ser compartilhado com o Cade, e nós, em conjunto com a Polícia Federal e o Ministério Público, vamos nos debruçar ainda mais sobre esse material probatório que foi apreendido para conduzir a investigação.

Nesse meio tempo, algumas coisas interessantes continuaram a acontecer aqui no DF. Nós esperávamos que, com a deflagração dessa operação, isso causasse alguma espécie de choque no mercado. É evidente – nós sabíamos disso – e natural que isso não aconteceria do dia para a noite. Não é porque há uma operação de busca e apreensão que o dono ou o gerente de um posto acorda de manhã e vai lá mudar o preço dele. É natural que haja uma inércia daquela formação de preço que vinha acontecendo ao longo dos anos.

No final do ano, a gente teve um movimento de mercado interessante causado pelo reajuste do ICMS, o que naturalmente tem impacto sobre a formação de preço. Seria um momento curioso de a gente perceber como é que o mercado iria se portar. Com agentes agindo de forma não coordenada, esperávamos que fossem formar seus preços de forma livre e competitiva. E não foi isso o que aconteceu.

Nós vimos mais uma vez que o paralelismo de preço continuou, que o reajuste foi acima do próprio reajuste do tributo, o que também é estranho. E isso nos acendeu uma luz. Já era uma luz vermelha – e ficou mais vermelha ainda – de que aquela inércia de um mercado potencialmente cartelizado continuava.

A essa altura, nós já tínhamos algumas provas diretas razoavelmente robustas contra algumas das empresas que estão sendo investigadas, o que nos motivou, no dia 26 de janeiro deste ano, a adotar uma medida preventiva, uma medida bastante interventiva do Cade diante da Rede Cascol, que é a líder desse mercado e, segundo indícios iniciais, potencialmente a líder desse suposto cartel. Isso nos fez tomar essa medida de determinar que fosse indicado um administrador provisório, que, de forma independente, iria administrar uma parte dos postos da Rede Gasol. A nossa esperança, com isso, seria retomar a competição nesse mercado, ou seja, retirar as decisões comerciais e as decisões de precificação dessa empresa e colocar nas mãos de um agente independente, que não conversa com os outros agentes de mercado, no sentido de dar um choque nesse mercado e retomar patamares de concorrência.

Disso veio a determinação para que a Cascol apresentasse uma lista de cinco nomes de administrador para que o Cade pudesse escolher dentre eles, caso fossem adequados. É o processo em que nós estamos agora. Então, ao longo dessas últimas duas semanas, nós recebemos a lista. A Cascol, de fato, apresentou o nome de cinco administradores a essa proposta, e nós estamos fazendo uma análise detalhada disso, evidentemente olhando currículos, fazendo entrevistas, contrachecando dados etc., para escolher uma pessoa que consiga fazer isso de forma adequada.

A diretriz é, evidentemente, manter uma boa administração da empresa, o equilibro econômico e financeiro da empresa. Não há a menor intenção do Cade de causar prejuízos a uma pessoa jurídica. A intenção não é essa, mas também há uma convicção muito grande de que há espaço para reduções de preço, há espaço para reduções de custos, há espaço para alterações de preços, já que não faz sentido postos que tenham estruturas de custos distintas terem preço igual. Então, há espaço para trabalhar sobre isso e a nossa intenção, com essa medida preventiva, foi essa.

Nós recebemos essa semana um parecer da Procuradoria-Geral do CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica. A nossa assessoria jurídica se manifestou sobre os nomes. A nossa intenção é durante a semana definir qual o nome do administrador provisório. A partir disso, deve ser dada cerca de uma semana para que de fato o contrato entre esse administrador e a Gasol seja assinado. Aí esse administrador entra na empresa e começa a administrar esses postos de forma independente. Com essa diretriz de melhorar, manter o equilíbrio econômico-financeiro da empresa, melhorar a situação do consumidor do Distrito Federal e desalinhar a empresa desse potencial de cartel. A diretriz é essa.

Pergunta-se muito, e é natural que isso seja perguntado, quando vão cair os preços, em quanto vão cair os preços, etc. Nós também temos essa expectativa. É evidente, e eu acho que os últimos meses nos mostraram que a inércia desses preços aqui no Distrito Federal, desse paralelismo, é muito forte, talvez mais forte do que pensávamos, então, é difícil prever quanto o preço potencialmente poderia cair, ou quando isso aconteceria.

A nossa intenção, isso é importante que se diga, é retomar a concorrência nesse mercado em um ambiente de livre concorrência em um mercado como esse, pulverizado com vários concorrentes, agentes, etc, o que se espera é que isso tenha um impacto positivo para os consumidores. É o que nós queremos.

Enfim, do ponto de vista da investigação é isso que está acontecendo no momento. Eu reitero que o compromisso do Cade é restabelecer a concorrência nesse mercado com benefícios aos consumidores, paralelamente a essa administração provisória de posse da Cascol, que a princípio dura 180 dias, nós continuamos investigando o caso. Continuarmos nos coordenando com a Polícia Federal, com o Ministério Público, para ter acesso às provas. O próximo passo deve ser um analise desse material apreendido. Posteriormente, a instauração de um processo administrativo que indique as pessoas físicas e jurídicas que estão sendo

acusadas para que se defendam, etc. E ao final, chegar a um parecer sobre a existência do cartel. Quem participou, quem não participou. E isso segue para julgamento pelo plenário do Tribunal do Cade.

É o que tinha a dizer, Deputado. Mas eu fico à disposição para eventuais dúvidas e perguntas.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Quero registrar aqui a presença da Deputada Telma Rufino. E comunicar aos senhores e senhoras que, a partir desse momento, nós vamos abrir as inscrições para quem quiser fazer perguntas. Enquanto isso, nós vamos tocando aqui com os integrantes da Mesa que irão falar inicialmente.

E também quem gostar de um cafezinho, que acabou de ser feito, por gentiliza, é só se dirigir ali ao lado e tomar o café que está muito bom.

Eu vou passar a palavra ao Sr. Diretor-Geral interino do Instituto de Defesa do Consumidor do Distrito Federal, Sr. José Oscar da Silva. E dizer, Zé, que eu o conheço há bastante tempo. Morador lá da Ceilândia, sei do seu compromisso com os consumidores. Eu tenho certeza de que, durante a sua gestão, ele vai fazer o que não foi feito ainda, fará o combate a esse cartel.

Particularmente, anseio o dia em que o Procon... Eu tenho experiência lá do Maranhão onde o Procon e o Ministério Público conseguiram em poucos dias derrubar o preço da gasolina lá no Estado do Maranhão. Portanto, passo a palavra a você, com a expectativa de que aqui também é possível.

SR. RAVVI AUGUSTO DE ABREU COUTINHO MADRUGA – Muito obrigado, Deputado.

Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Defesa de Consumidor desta Casa de Leis, Deputado Chico Vigilante; Dr. Eduardo Frade Rodrigues, do Cade; Dr. Ravvi Augusto de Abreu Coutinho Madruga, da Coordenação-Geral de Análise de Antitrust; Dr. Douglas Pereira Pedra, da Assessoria da Coordenação de Defesa da Concorrência, da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível; senhores e senhoras, em primeiro lugar, em nome do Procon, Deputado Chico Vigilante, eu quero agradecer o convite para participar desse evento tão significativo e dizer que temos prazer de anunciar as providências que o Procon vem adotando sobre esse tema que é de relevante importância, uma vez que atinge, praticamente, a totalidade dos moradores do Distrito Federal.

O combustível é, na verdade, a razão de a cidade se movimentar e, na condição de consumidores, nós já verificamos – e foi anunciado por V.Exa. – que um centavo em um litro de gasolina causa um custo muito elevado para a economia em nossa comunidade.

O Procon, não de hoje, nesses últimos meses de dezembro, janeiro e fevereiro, chegou a notificar – diante dessa situação que foi levantada, de ofício, o Procon fez um levantamento de todos os postos de gasolina do Distrito Federal – um

número de 341 postos para apresentarem as planilhas de custo, a variação de preço para que, após essa análise... E está sendo feita essa análise, foi colhida durante os meses de dezembro, janeiro e fevereiro. Todos esses postos foram notificados para apresentarem essas planilhas num plano de dez dias, e já iniciamos a análise de todas essas solicitações, essas modificações.

De início, cabe ressaltar que o Procon tem como instrumento de trabalho a relação de consumo. Essa relação pode ser efetiva ou potencial. Efetiva, quando ela se realiza com a aquisição do produto, por exemplo; potencial, quando ela trata apenas no campo da informação, ou da propaganda, que também é afeta à atividade do Procon.

O Procon, como ele tem também essa natureza sancionatória, tem que observar o enquadramento, a tipificação legal de todos os atos que são praticados, portanto o Procon é um instrumento do consumidor, diretamente. É um juizado, nós podemos assim assegurar, no âmbito administrativo, onde não busca apenas proteger o direito do consumidor, mas também trazer uma consequência sancionatória por intermédio das multas e das restrições cadastrais para aqueles fornecedores que deixam de cumprir a formalidade legal.

Então essas notificações que foram feitas aos postos de gasolinas estão todas sendo processadas na razão de cada posto de gasolina, porque os processos precisam ser individualizados, ou seja, a atuação do Procon se dá quando, digamos assim, é violada a norma, deixa de ser atendido determinado dispositivo, é nesse ponto que o Procon pode atuar.

A ação, a atuação de regramento, de estabelecimento dos parâmetros que devem guardar o fornecedor não é da atividade do Procon. Então o que ele precisa ter é o respaldo legal, é acompanhar e fazer cumprir as leis que são estipuladas a partir da Constituição, do Código de Defesa do Consumidor e das leis que compõem, que dão sustentação à implementação dessa matéria.

Nós pedimos, inclusive, as planilhas, para que elas possam ser comparadas com as planilhas que são fornecidas. Onde houver o desvio, o Procon poder atuar efetivamente junto a cada um daqueles que eventualmente burlaram essas normas.

Pedimos cópia de todos os documentos que demonstram a efetiva prática dos preços indicados na planilha e ainda relatório que justifique o reajuste dos preços, bem como daqueles documentos que eles entenderem que possam trazer mais algum esclarecimento.

Tudo porque nós precisamos ter uma fundamentação consistente para que não seja um processo, ter uma consequência de uma anulação ou coisa semelhante. Então é, praticamente, um processo muito rigoroso. É preciso que se acompanhe em cada ato, em cada procedimento que tem que se observar o tempo e a própria condição. Então, os processos administrativos, como têm essa natureza sancionatória, ou seja, de impor a multa, atendem a essas séries de requisitos que asseguram a observância dos princípios do contraditório, da ampla defesa. Razão

pela qual não há como falar em sanção administrativa sem o trâmite, o devido processo legal, todas essas condições que a lei impõe para que se possa efetivar a punição.

Em que pese essa condição de caráter sancionatório da atuação do Procon, também tem trabalhando muito na questão preventiva de orientar, inclusive os fornecedores, partindo do princípio muito elementar de que é o consumidor quem sustenta a economia. Sacrificar o consumidor não é inteligente da parte dos prestadores de serviços e dos fornecedores de produtos, porque são eles que mantêm, o sistema produtivo do País. Então, querer explorar o consumidor é uma atitude que deve ser reprovada, até porque ela não atinge a finalidade a que se propõe que é a de enriquecer de forma a sacrificar aquele que mantém o sistema de forma que nós poderíamos considerar equilibrada.

Então, essas iniciativas vêm desde março desse ano. Agora já estamos processando toda essa atividade. Em 2015 nós fizemos amostras desse trabalho, apresentamos ao Ministério Público, inclusive isso já ensejou muitas ações por parte do Ministério Público com relação a essas informações que foram colhidas pelo Procon. O Procon está, nesse momento, exatamente concluindo... Concluindo em parte, porque nós tivemos início, há pouco tempo, dada a demora da notificação de se constituir, de aguardar o prazo. Enfim, aguardar todas as orientações legais para que a gente possa dar sequência a esse processamento.

Todas essas informações já estão disponíveis para os órgãos afins que também são correlatos a essa atividade. Inclusive, à disposição da comissão. Naturalmente, nós colocamos à disposição para que o Procon possa dar a sua efetiva contribuição. Já foi criado também um grupo de trabalho permanente para que a gente possa, juntamente com o Ministério Público, a própria Defensoria Pública, a Delegacia do Consumidor e os demais atores dessa área no intuito de estabelecermos um debate contínuo. Essa oportunidade aqui significa um ponto que nós buscamos e que a gente gostaria de colaborar da melhor maneira possível.

De sorte que, renovando aqui o agradecimento pela presença do Procon, nesse momento, nós estaremos à disposição, agradecidos e sempre dispostos a contribuir.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado ao Dr. José Oscar.

Registro a presença do Sr. José Maria de Oliveira, Secretário de Finanças do Sindicato dos Vigilantes do Distrito Federal; do Sr. Antônio Sales Rocha, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Bebidas no Distrito Federal; do Sr. Romeu Olmar, membro da equipe Praxis Comunitário; do Sr. Isaac Neves de Oliveira, Presidente da Feira do SIA – Associação dos Feirantes do SIA; do Sr. Álvaro Alves, Segundo Diretor do Conselho de Segurança de Brazlândia; da Sra. Luciana Paiva, assessora do Deputado Cláudio Abrantes; da Sra. Alzira Cristina, assessora do Deputado Julio Cesar; do Sr. Geraldo Arão da Silva, Diretor de Comunicação e Mobilização da Asquis

– DF; da Sra. Maria de Fátima Azedo, Presidente do Sindicato de Trailers, Quiosques e Similiares do Distrito Federal; da Sra. Luciana Vieira da Cunha, da Associação dos Artesãos da Ceilândia; Daniela A. Rabelo, do Sintramacon-DF; Washington Domingues Neves, Presidente da Federação dos Trabalhadores no Comércio e no Setor de Serviços do Distrito Federal, que congrega aproximadamente vinte sindicatos. Em seguida, vou anunciar mais presenças.

Passo a palavra agora ao Sr. Ravvi Augusto de Abreu Coutinho Madruga, Coordenador-Geral de Análise Antitruste do CADE – Conselho Administrativo de Defesa do Consumidor.

SR. RAVVI AUGUSTO DE ABREU COUTINHO MADRUGA – Boa tarde.

Muito obrigado pelo convite, Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor desta Casa, Deputado Chico Vigilante. Cumprimento os demais membros da Mesa e todas as pessoas aqui presentes.

Como também sou do Cade, corroboro as palavras aqui do Superintendente-Geral, Dr. Eduardo Frade. Acho que ele já expôs muito bem o papel do Cade nessa investigação do cartel de postos do Distrito Federal. Dessa forma, estou aqui para ajudar, aberto a eventuais perguntas que o público venha a fazer ao final da exposição dos palestrantes.

Obrigado, Deputado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado.

Quero registrar a presença do Sr. Daniel Araújo, diretor do SINTRAMACON – Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Atacadista e Varejista de Materiais de Construção do Distrito Federal, e do Sr. Orlando Ribeiro, auditor tributário, representante do SINDIFISCO – Sindicato dos Auditores da Receita do Distrito Federal. O Orlando, particularmente, tem um momento de vida muito importante. Naquele tempo em que o auditor fiscal não era muito valorizado, ele tinha, como meio de transporte para chegar até o local onde ia fiscalizar, uma bicicleta. Foi ele que fez, há uns quinze, vinte anos, uma fiscalização no Tatico que tem resultado até hoje, não é, Orlando?

Registro ainda a presença do Sr. Deo, Diretor do Sindicato dos Empregados em Estacionamentos e Garagens Públicas e Privadas do DF; da Sra. Neide silva, assessora da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços; do Alberto Oliveira Santos, diretor financeiro do Sindicato dos Trabalhadores, nas Indústrias, Transporte, Armazenamento, Distribuição, Vendas Internas e Externas, Exportação e Importação de Álcool, Bebidas e Derivados no DF e Municípios do Entorno.

Passo a palavra ao Sr. Douglas Pereira Pedra, assessor da Coordenadoria de Defesa da Concorrência da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

SR. DOUGLAS PEREIRA PEDRA – Muito obrigado, Sr. Presidente. Agradeço em nome da ANP o convite para participar, o convite feito à Diretora-Geral, Magda Chambriard, a quem represento hoje neste encontro. Obrigado.

A ANP reitera a abertura, a disposição de contribuir com todo e qualquer debate que acontece no território nacional concernente às matérias de sua atribuição. Saúdo os demais integrantes da Mesa, demais autoridades presentes.

Ao receber a incumbência de vir aqui hoje para falar dos preços de combustíveis, minha primeira medida, minha primeira reação, foi ver os preços. A ANP é responsável pela pesquisa do levantamento de preços, que é a maior base de dados disponível no Brasil, utilizada por todas as autoridades, todos os órgãos públicos de pesquisa. Percorre 501 cidades no Brasil inteiro semanalmente registrando, acompanhando os preços de revenda e distribuição para que a gente tenha informação e possa avaliar o que está acontecendo, tomar providências.

A Lei do Petróleo conferiu à ANP o papel de acompanhar o que acontece nesses mercados, na medida em que a agência foi criada em paralelo ao movimento de liberação de preço, num contexto em que os preços passariam a ser livres. Criou-se um órgão para, além de regular o mercado, criando as regras, acompanhar esses preços que passariam a ser adotados em regime de liberdade pelos agentes econômicos. Essa liberdade cria o dever da vigilância. Aqui correndo o risco de fazer menção ao nome de V.Exa. Deputado Chico Vigilante, a vigilância é fundamental para que a liberdade seja exercida sem abusos, e o papel da ANP em relação a preços hoje é contribuir para essa vigilância, dado o contexto de liberdade.

Nesse contexto de liberdade, a gente percebe situações que são diferentes Brasil afora. Alguns casos chamam a atenção, como a situação aqui de Brasília. Pegando os dados da última semana do levantamento da ANP, a gente constata que o preço médio – para ficar no preço da gasolina apenas – da gasolina vendida aqui é dez centavos acima da média da Região Centro Oeste. A margem média do preço por litro da venda da gasolina em Brasília é de 15 centavos acima, acima da margem da Região Centro Oeste. São dados que nos chamam a atenção. O preço médio de revenda de gasolina no Distrito Federal é superior ao preço médio da gasolina da Região Norte que é o maior custo logístico do Brasil.

O que explica isso? Na Região Norte, a gasolina chega de barco de cabotagem, ainda pega balsa em vários estados, dependendo da cheia e do esvaziamento dos rios, passa por escassez profundo, isso tudo se reflete no preço, repito, o preço é livre, é natural. A Região Norte é o maior preço médio das regiões no Brasil, e o preço médio da gasolina em Brasília é maior do que o preço médio da gasolina na Região Norte. Isso chama a atenção de qualquer pessoa que fica olhando para essas... Com muita simplicidade se depara com esses dados.

Brasília tem uma situação, portanto, peculiar que merece ser compreendida para que possa ser bem enfrentada. Brasília conjuga alguns fatores estruturais bastantes desafiadores em matéria de preços. O consumo de combustíveis, via de

regra, um consumo, uma demanda com elasticidade-preço bastante baixa. Traduzindo esse conceito econômico, ele quer dizer o seguinte: quando os preços aumentam ou variam, o consumo desse bem varia menos. O normal é, aumentou o preço de um bem, o consumidor passa a consumir menos daquilo; ele reage, consegue reagir a aumento de preços consumindo menos, o que, no contexto de livre mercado, dá um sinal para o ofertante, para o comerciante, para o agente econômico... "Opa, deixa eu voltar o meu preço, porque a demanda está fugindo, está saindo, está me deixando. Não foi vantajoso esse meu aumento." No consumo dos combustíveis, a gente vê isso com menor incidência. O que quer dizer baixa elasticidade-preço. Por quê? Por que, para alguns bens como combustíveis, é difícil o consumidor deixar de consumir, mesmo quando o preço varia. Isso acontece com combustível, com remédio, com álcool, com cigarro. Quem sabe disso? Só eu que sou um servidor público lotado na Agencia Nacional do Petróleo? Não. O consumidor sabe disso na prática; o agente econômico sabe disso na prática e na teoria; os entes públicos sabem disso. Não é à toa, quando você tem aumento de tributação nos combustíveis, geralmente em tributação, ele reverte em recursos para os governos. Mas, reverte-se também para os agentes econômicos. Eles sabem disso. Eles sabem que aumentos de preços não vão fazer com que o consumidor consuma menos. A nossa vida está estruturada de uma certa maneira que é difícil mudar a forma como a gente consome combustível. Brasília, em especial, eu moro no Rio de Janeiro, onde está o escritório central da ANP. Moro e trabalho lá, mas já morei em Brasília. Então, eu conheço bem, pude conhecer na prática o ritmo de vida aqui. O consumidor, o cidadão de Brasília tem um padrão de consumo de combustíveis muito intensivo com o automóvel, com o transporte modal. O carro, a moto, o transporte de ônibus, através do rodoviário, têm um peso para a vida do cidadão do Distrito Federal mais intenso do que em outras cidades. Tem a ver com a geografia, com a forma como a cidade está estruturada e como a vida das pessoas está estruturada. Isso é um fator estrutural que aumenta o poder relativo dos agentes econômicos nesse setor em ralação ao consumidor.

Além disso, a gente tem aqui uma das maiores rendas *per capita* do País, se não a maior, tomando-se as cidades e as capitais do Brasil. É uma elevadíssima renda *per capita*. Os agentes econômicos sabem, percebem na prática ou em teoria, que existe um espaço para impor esses aumentos. Quando você conjuga baixa elasticidade de preço – ou seja, dificuldade das pessoas de deixar de consumir o combustível mediante o aumento de preços – com uma renda elevada, o agente econômico sabe que ele pode impor aumentos e auferir lucros. O consumidor fica mais exposto ao comportamento desses agentes do que em outras cidades do Brasil. Isso é próprio daqui de Brasília e, por isso, tem que ser levado em consideração em relação a vários aspectos, por exemplo, à busca de soluções para os aspectos estruturais.

A medida do Cade, recentemente adotada, de intervir nesses postos, num processo de investigação de práticas abusivas, vai suscitar um aprendizado muito

profundo em relação à extensão desses efeitos estruturais, como o superintendente-geral mencionou.

Um desses defeitos estruturais é a participação, como o nobre Deputado Chico Vigilante mencionou, das distribuidoras. Quando se investiga cartel nas revendas – eu já estou na estou na ANP há dez anos, já militava na área de defesa da concorrência antes, já fui assessor no Cade também, anos atrás –, poucas vezes se adentra no papel do distribuidor. A gente sabe que na esfera da distribuição existe o poder de mercado também.

O terceiro fator peculiar daqui de Brasília é o peso relativo da BR Distribuidora no mercado local. É preciso compreender o papel desse peso estrutural na finalização de preços para revenda, na apropriação de margem pelo binômio distribuidor e revendedor a partir das decisões do distribuidor. Isso tudo precisa ser compreendido melhor. E me trouxe uma satisfação especial, como alguém que acompanha a defesa da concorrência no Brasil já há pelo menos quinze anos, acompanhar essa medida inédita, saber que esse aprendizado vai finalmente ser transferido para os órgãos de acompanhamento dessas medidas. Então, eu saúdo essa medida.

Do ponto de vista de quem faz regulação, a gente tem sempre um desafio. Nós, da ANP, sempre que revemos nossas normas – e periodicamente as revemos –, temos o cuidado – temos isso por meta e por norte, e a Coordenadoria de Defesa da Concorrência, onde eu trabalho lá dentro, cuida dessa missão – de acompanhar a introdução de mais concorrência nos mercados. Esse é o desafio de todos que fazem regras.

A ANP tem a felicidade de, pelo menos desde 2000, já contar dentro da sua estrutura organizacional com uma área, na qual trabalho, voltada apenas para a defesa da concorrência. É a agência reguladora federal que há mais tempo tem uma unidade interna só destinada aos temas concorrenciais. A gente sempre cuida disso e avalia como nossas regras impactam a concorrência, como as regras impostas aos mercados podem aumentar a competição para que esta beneficie o consumidor, chegue a ele.

Sem isso, o que a gente vê é que toda margem disponibilizada para os agentes econômicos acaba sendo apropriada por distribuidores e postos revendedores. A gente viu, recentemente, que vários estados reduziram o ICMS. A carga tributária dos combustíveis – isso é importante ser dito – é elevadíssima no Brasil inteiro. Alguns entes públicos, alguns estados, recentemente, procuraram reduzir o ICMS, a fim de que o preço reduzisse para o consumidor. Faltou combinar com os russos.

O que acontece em um mercado no qual não se tem concorrência na ponta? Em que a concorrência na revenda não é efetiva, por esses fatores todos que eu estou colocando, só para ficarmos nos estruturais – ainda vou falar dos comportamentais? O Estado abre mão de arrecadação, mas dessa margem que é

disponibilizada, naquilo que o consumidor estava disposto a pagar, os distribuidores e o revendedores se apropriam. Eles aumentam o preço. "Opa, o Estado desistiu de ficar com a parte dele em tributos, vou pegar e incorporar à minha margem." Aí, essas transferências sempre são divididas. Esses agentes acabam abocanhando uma parte dessa – digamos – renúncia dos entes públicos. Isso tudo porque a concorrência é limitada por esses fatores estruturais.

Eu sempre menciono isso, quando vou às Casas Legislativas, porque elas têm, sob sua esfera de atuação, o poder de rever as posturas, as leis, os códigos de ocupação do território local. As regras locais sempre têm o condão, a possibilidade, o potencial de restringir ou aumentar a competição na esfera da revenda, especialmente as regras de uso do solo e acesso a ele, para que haja construção de novos postos, para que haja incentivo à competição na revenda. É importante sempre lembrar esses fatores estruturais, o que é essencial quando a gente fala de preço de combustível.

Na esfera estrutural, isso tudo merece atenção. Mas, quando vamos para o comportamental, começamos a entrar na esfera da ilegalidade. Daí a importância maior ainda desse esforço do Distrito Federal, da articulação, da conjugação das autoridades aqui presentes: só com o esforço articulado da totalidade das autoridades públicas com algum poder para reprimir práticas ilegais e abusivas na esfera da concorrência é que nós poderemos trazer soluções e restaurar a justiça devida, não só para o consumidor, mas para toda a sociedade.

Como já deu para ficar claro aqui, os efeitos abrangem não só os consumidores, mas as relações entre distribuidores e revendedores, o potencial de arrecadação dos entes públicos, tudo isso é afetado a partir dessas práticas que ocorrem. A gente já tem n julgados do Cade condenando... Então, a gente pode dizer que efetivamente o descumprimento da lei de defesa da concorrência acontece.

A ANP, na esfera da aplicação da lei de defesa da concorrência, não tem uma atribuição direta. A lei conferiu à ANP o papel de subsidiar os órgãos de defesa da concorrência com estudos, com informação técnica de qualidade. Esse é o nosso papel, gerando os dados da pesquisa, gerando notas técnicas, gerando estudos que subsidiam a atuação do Cade, dos ministérios públicos. A gente trabalha muito em parceria com Procons, assembleias legislativas, câmaras de vereadores Brasil afora. Isso é próprio da nossa atuação.

Só para registrar, de 2007 para cá – a gente fez um levantamento para trazer –, a ANP produziu nove notas técnicas só analisando possíveis indícios de cartel aqui no Distrito Federal. Dessas nove, oito concluíram pela existência de possíveis indícios de práticas infrativas, descumprimento de lei, prática abusiva na esfera de defesa da concorrência. E a lei determina, neste caso, o que a ANP pode fazer. O que a ANP pode e deve fazer? Notificar Cade e quem solicita. Sempre notificar o Cade para que ele aprofunde as investigações. Isso gera efeitos. A medida de intervenção do Cade recentemente adotada nas principais redes do Distrito Federal usou como subsídio, para que o plenário aprovasse, foi embasada, em

grande parte, nos estudos da ANP. Esses estudos são fundamentais para que os tribunais administrativos possam adotar medidas mais interventivas e assim os poderes judiciários autorizarem os ministérios públicos Brasil afora a conseguir medidas mais interventivas para aprofundar investigações. Esse é o nosso papel nessa etapa das investigações. Devemos contribuir para que esses órgãos, que efetivamente por lei têm o poder de investigar, punir e perseguir as punições, tenham os estudos, o embasamento técnico econômico suficiente para avançar nas investigações e nas conclusões.

Mas a lei reserva à ANP também um papel fundamental *a posteriori*. Desde 2001, a lei de penalidades no abastecimento nacional de combustível passou a conter em seus dispositivos, lá no art. 10, o dever de a ANP cancelar a autorização a qualquer agente econômico condenado por prática infrativa da lei de defesa da concorrência. O Cade ou o Poder Judiciário condenam algum agente em razão de descumprimento da lei de defesa da concorrência, pelo art. 10, da Lei nº 9.847. A partir de 2001, impõe-se à ANP cancelar a autorização desses agentes. O agente está banido, está fora do mercado! Não pode mais atuar! Vocês podem perguntar: "Mas a gente nunca ouviu falar disso". Nunca ouviu, mas vai começar a ouvir. Como a lei só foi modificada em 2001, apenas recentemente começaram a ser julgados esses casos. E leva tempo para que as autoridades possam fazer a detecção e condenação de cartel. Levou um tempo próprio da percepção dessas práticas da investigação e da condenação para que houvesse condenações referentes a práticas ocorridas após 2001. O direito brasileiro não permite que você aplique uma penalidade que foi lançada no ordenamento jurídico após as práticas. Você só pode receber uma pena se ela já existia na época em que se cometeu a infração. Então, até recentemente ainda estavam sendo detectados e julgados casos em que as práticas infrativas ocorreram antes da mudança da lei. Agora já começaram. E a gente já tem registro no Brasil de posto revendedor que está sendo banido do mercado por conta disso, porque o Cade julgou. Eles cometeram as infrações após 2001. Já há embasamento na nossa Procuradoria de que é para cancelar, e esse agente econômico ficará fora desse mercado. Isso já é um fator que começa a mudar a vantajosidade para o agente econômico incorrer nessas práticas. Antes, a análise do custo que um agente econômico sempre fazia, qualquer pessoal fazia era: vale a pena? Qual a probabilidade de eu ser pego, ser punido? Qual é a pena, é uma multa? Quanto é que custa essa multa, dá para eu pagar? Agora não é mais só isso, não! Agora esse agente econômico que vier a ser condenado pelo Cade por práticas cometidas após 2001 vai ser retirado do mercado pela ANP por força de lei. A lei não dá nem a opção à ANP de não fazer. A lei diz que é automático! Não cabe nem juízo de avaliação da ANP.

Então, é importante que isso seja divulgado, até mesmo para que os agentes possam avaliar uma possibilidade, um interesse de firmar acordos de leniência junto ao Cade. Esse é um instrumento que o Cade tem. Acordo de leniência é o nome que a Lei de Defesa da Concorrência dá à delação premiada, que está no Código de Processo Penal, para que esses agentes possam contribuir, porque as penalidades, a

partir de agora, estão diferentes. As consequências de ser condenado pelo Cade estão diferentes, especialmente na esfera da ANP. É importante que a gente divulgue isso.

Além disso, é importante levar em consideração que estamos falando de cartel. Fala-se de cartel porque é extremamente lesivo e porque temos possíveis indícios já constatados nos estudos da ANP de prática de cartel, mas é importante lembrar que o abuso de posição dominante não se restringe apenas ao cartel. A detenção de poder de mercado, posição dominante por agentes econômicos já, em si, pode suscitar um conjunto de práticas identificadas como abusivas que vai além do cartel, como preço abusivo. Vou criar uma tradução para *margin squeeze*: você espremer a margem, impor ao agente subsequente na sua cadeia um aumento para que você possa se apropriar dessa margem, do que vem lá mais adiante. Ao agente para quem você vende, você impõe um aumento porque sabe que ele consegue extrair margem de lucro de quem está adiante – do consumidor, normalmente – e, assim, você possa se apropriar desse ganho que ele está conseguindo lá na frente. São desdobramentos e desenvolvimentos, no direito antitruste brasileiro, no direito antitruste europeu, que, aos poucos, vão se tornando realidade.

Eu arrisco dizer que, muito brevemente, vamos estar aqui discutindo de que forma as autoridades vão tratar essas novas abordagens, ou novas visões, do abuso de posição dominante, especialmente em mercados em que um consumidor está mais exposto, como em Brasília pelas razões estruturais que falei. Muito brevemente, vamos estar aqui reunidos discutindo os limites, as formas de parceria, as formas de atuação, como tratar isso, lidar com isso, como identificar, detectar e punir essas formas igualmente abusivas e lesivas à concorrência decorrentes do exercício abusivo de posição dominante para além do cartel.

O Brasil avançou muito nos últimos anos no combate aos cartéis. Pelo menos, nos últimos dez anos, acompanhamos de perto a atuação e o desenvolvimento do antitruste brasileiro, da defesa da concorrência no Brasil. Temos acompanhado como o Brasil avançou na detecção do cartel e estamos vivendo, aos poucos, um momento de começar a olhar, aprender e ver como lidar com essas novas abordagens do combate ao exercício abusivo de posição dominante, que vão além do cartel.

Então, concluindo minha exposição e me mantendo aberto e disponível para responder perguntas do público, da Mesa, faço uma saudação realmente a esse caso e a esse movimento do Distrito Federal, do Cade, do Procon, da Câmara Legislativa do Distrito Federal, que acompanha de perto os interesses em prol da sociedade brasiliense, do Distrito Federal. Eu saúdo este momento porque ele é emblemático. Vamos dar um salto em relação ao que se conhecia do funcionamento desses mercados, e vamos dar um salto em relação ao uso dos mecanismos legais disponíveis de intervenção do Estado para restaurar o comportamento legítimo e legal dos agentes econômicos. Vamos dar um salto na direção de novas formas, novas abordagens de aplicação da lei de defesa da concorrência.

Falando pela ANP, eu reitero a disposição da agência, o trabalho da coordenadoria, da agência como um todo, que está à disposição para todo debate, toda contribuição técnica, e para dar apoio a todos aqueles que se dedicam à causa de manter os interesses da sociedade, do consumidor, quanto a preço na indústria do petróleo, seus derivados, gás natural e biocombustíveis, que é uma das missões legais da agência.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Dr. Douglas Pereira Pedra, da Coordenadoria de Defesa da Concorrência da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

Quero registrar aqui a presença da equipe do *Correio Braziliense;* da *TV Record*, liderada pelo Yuri, que é um velho combatente contra esses carteis; do portal *Metrópoles;* da *TVC* e da *TV Brasília.* Peço à Verônica que verifique se outras equipes estão aqui, para que possamos registrar também.

Vou passar rapidamente a palavra ao Dr. Eduardo, antes de passar para o plenário. Ele sentiu necessidade de falar algumas coisas depois da fala do Dr. Douglas. Antes, porém, quero dizer a todos vocês que estão aqui presentes, e acho que é importante para a imprensa, que, do meu ponto de vista, o que foi anunciado pela Agência Nacional do Petróleo é muito importante, porque há possibilidade real de os operadores do cartel do Distrito Federal perderem o registro dos postos, se teimarem em continuar praticando cartel e se vierem a ser condenados.

Convido a compor a Mesa o Deputado Bispo Renato Andrade. Deputado, acompanhe a Mesa com a gente, por favor.

Concedo a palavra ao Dr. Eduardo Frade Rodrigues.

SR. EDUARDO FRADE RODRIGUES – Obrigado, Deputado. Eu prometo ser breve. Quero apenas fazer alguns comentários, aproveitando a fala do Douglas. Primeiro, ressalto a avaliação econômica da ANP, que é bastante condizente com a avaliação do Cade sobre esse caso específico. Isso traz mais robustez para nossa análise e para as investigações.

Segundo, ainda aproveitando algumas coisas que o Douglas falou, lembro que a formação de preços de combustível não ocorre meramente baseada em fatores de concorrência e estrutura, muito embora isso, de fato, seja muito relevante. Uma série de fatores impactam o preço a ser mais alto ou mais baixo: custos de diferentes tipos; tributos, que evidentemente são importantes; e restrições legais também.

Eu quis dizer isso para chamar atenção para aquela batalha de muito tempo do Cade – eu sei que ela é do Deputado Chico Vigilante também – das restrições legais que havia no Distrito Federal à implantação de postos de gasolina em determinadas regiões geográficas ou certos tipos de estabelecimentos, como

supermercados, *shoppings* etc. Isso foi recentemente alterado por iniciativa do governador, com o respaldo desta Casa.

Esperamos que surta efeito e que a regulamentação seja feita de maneira tal que permita que nós tenhamos agentes concorrentes, postos de gasolina sendo abertos e operando de maneira mais livre. Isso tem impacto relevante sobre a concorrência e ressalto aqui porque, ao contrário da contribuição de uma agência reguladora, da contribuição do órgão de defesa da concorrência, é uma contribuição legislativa a um processo de maior concorrência e de queda dos custos e dos preços da gasolina e álcool no Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Dr. Eduardo.

Quero registrar a presença dos seguintes convidados: Sra. Marlúcia Marques, presidente da associação da feira da QN 210, de Samambaia; Sr. Deo, diretor do Sindicato dos Empregados em Estacionamentos e Garagens do Distrito Federal; Sr. Tiago Bitencourt Neves, diretor do Sindicato dos Comerciários do Distrito Federal; Sr. Luiz Saraiva, diretor do Sindicato dos Comerciários; Sr. Fernando Tolentino, jornalista, velho amigo e conhecido desta cidade; Sr. Luiz Guilherme Moreira Abreu, Secretário da Juventude de Santa Maria; Sr. Raimundo Ferreira dos Reis, diretor sindical do Sindicato dos Comerciários; meu amigo, meu companheiro José Luiz, presidente da Associação dos Feirantes da Feira do P Sul, Guariroba.

Estamos com sete pessoas inscritas e o tempo será de três minutos para cada uma. Nós vamos encerrar nesses sete porque o Dr. Eduardo terá que sair às 17h. Ele tem uma viagem, mas fez questão de estar conosco aqui para ouvir vocês. O outro representante do Cade permanecerá aqui, a ANP e o Procon, e a gente continua.

Convido para fazer uso da palavra o Sr. Jorge Alexandre, presidente da associação dos feirantes de Santa Maria. (Pausa.) Já saiu.

Convido para fazer uso da palavra a Sra. Cecília Emerich, representante do colégio COC.

SRA. CECÍLIA EMERICH – Boa tarde, eu sou Cecília. Primeiramente eu gostaria de agradecer. É muito importante debatermos esse tipo de tema. Ressalto que é de grande valia ter oportunidade de conversar a respeito disso.

Sou moradora de Brazlândia. É uma cidade distante 50 quilômetros da Rodoviária do Plano Piloto e considerada a maior cidade dormitório, porque nós somos pouco mais de 50 mil habitantes e as pessoas trabalham nas outras cidades. Brazlândia não oferta emprego para todos os moradores. Geralmente os trabalhadores ficam o ano inteiro juntando dinheiro. No fim do ano recebem décimo-terceiro salário, férias, juntam esse valor e compram um carro usado, de segunda mão. A pessoa compra o carro não é para luxo, não. É só para ir trabalhar nas outras cidades.

Eu deixo o seguinte questionamento: se há aumento da frota de carros, por que o combustível é tão caro? Quando abasteço o carro em um posto de combustível e questiono, a culpa é sempre da crise. O pessoal fala que a culpa é toda da crise. Eu pergunto: a crise? Só a gente paga a conta? O consumidor paga a conta da crise. Os empresários não pagam? Não apertam o cinto um pouquinho para pagar essa conta? É só a gente, só a população?

Eu deixo o seguinte questionamento, para encerrar minha fala: a população, além de ter que fugir do transporte público tão ruim, compra carro, aumenta a frota. Por que o combustível ainda é tão caro? Como foi dito, um dos mais caros da região.

É isso. Obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Sra. Cecília.

Convido para fazer uso da palavra o Sr. Vicente de Paula, representante do Sindicato dos Vigilantes. Logo em seguida, passarei a palavra ao Sr. Nelson Santos, assessor da Federação Única dos Petroleiros.

SR. VICENTE DE PAULA – Boa tarde a todos. Eu quero dizer que aqui em Brasília a gente anda de carro, mas não é porque a gente ganha tão bem. É porque ônibus não passa. Se for pegar ônibus, a gente é assaltado, toma chuva e só chega atrasado no trabalho.

Aqui os nossos empresários que mexem com combustível são mal acostumados, gananciosos e malvados. Aqui o IPVA é caro, todos os anos os carros têm o seu valor depreciado, o combustível sobe e o IPVA também, e a gente tem que superar para continuar vivendo. As coisas aqui não são fáceis, não. Muitos ganham pouco, mas têm que trabalhar. Um carro usado, às vezes, não é luxo, é realmente necessidade. Não é fácil como o senhor pensa. A gente mora em um bairro e trabalha em outro. São quase 50 quilômetros. Para ir e vir, são 100 quilômetros. Brazlândia não tem ônibus, quando passa, é lotado e ainda quebra no caminho. O senhor acha que é fácil? Não é, não. Todos os anos, as coisas sobem, e nosso salário não acompanha os aumentos de preço.

Combustível aqui é um absurdo, é uma vergonha. Lá no Nordeste, é bem mais barato do que aqui. A gente vai para lá e quando volta, é assaltado aqui. Os empresários são gananciosos e malvados. Uma vergonha.

A gente quer atuação, multas. Quer atuação eficaz e não conversa e promessa, discurso bonito. Queremos atitudes decentes, queremos sentir a diferença no preço do combustível. Já não aguentamos mais tanta conversa, tanta promessa, tanto discurso bonito.

Eu realmente estou quase me aposentando, mas não tenho muita fé de ver algum efeito, porque este país, infelizmente, não tem leis que apliquem multas, que punam de verdade para que o empresário tenha medo de ser ganancioso e meter a mão no bolso dos trabalhadores. É uma vergonha. Só vemos discurso bonito; só vemos falar bonito e não vemos efeito. Isso não vai chegar a lugar nenhum, se não

tivermos multa, punição. Certo? Para que a pessoa veja, para que os empresários tenham medo de meter a mão no bolso dos trabalhadores, dos pais de família.

Agradeço a oportunidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Vicente.

Passo a palavra ao Nelson Santos, Assessor da Federação Única dos Petroleiros.

SR. NELSON SANTOS – Boa tarde a todos. Boa tarde ao Chico, na pessoa de quem cumprimento a Mesa.

Chico, eu parabenizo você por esta ideia. Inclusive, eu fui assessor de um Deputado Estadual na Bahia, Bassuma, que era petroleiro e depois foi Deputado Federal. Ele criou uma CPI também sobre o cartel dos combustíveis na Bahia. Eu terminei com uma atuação também na Petrobras, dominando um pouco dessa questão.

Quero dizer que você tem muita coragem porque, tanto lá quanto aqui, o perfil desse setor deve ser o mesmo. Várias ameaças Bassuma sofreu e houve pessoas, inclusive, que foram convocadas para depor na CPI, foram ameaçadas e fugiram por causa da ameaça que este setor faz.

Agora, eu queria sugerir, inclusive para você nesta comissão, algumas questões que precisam ser tratadas.

Primeiro, os governos estaduais fizeram uma pressão no Congresso Nacional que resultou na substituição tributária. A Petrobras é responsável, as distribuidoras – não só a Petrobras, como as outras também – são responsáveis pela arrecadação antecipada dos impostos. As secretarias de fazenda fazem um aviso para as distribuidoras do preço presumido que está na bomba, e quando você olha essa relação do preço presumido, é bem maior do que a média de preço praticada, ou seja, o Estado, na ganância de aumentar a arrecadação, manda para a Petrobras um preço presumido maior. Então, quando o posto de gasolina chega lá na distribuidora para comprar esse combustível, é recolhido um imposto maior. Quase sempre, boa parte daqueles postos que não têm uma diversificação grande – que não é o caso de Brasília – de comercialização de combustível, tem crédito a receber no governo por conta do recolhimento do imposto. Esse não é o caso de Brasília.

Brasília tem uma particularidade que é mais grave ainda. Além de ter o maior preço médio do Brasil, tem um aspecto aqui em Brasília que a população não sabe. Os postos de gasolina de Brasília têm a maior galonagem do Brasil, ou seja, é o maior volume de vendas *per capita,* por posto. Bate São Paulo, que é uma das cidades que têm um volume grande de venda por posto. Os postos daqui têm uma galonagem maior. É só pedir à ANP e à própria distribuidora que elas têm esse gráfico de acompanhamento, ou seja, o cara tem o preço maior e tem o maior volume de venda, então ele tem o maior acúmulo de riqueza.

A outra questão fundamental é aumentar e diversificar a concorrência. Por exemplo, o Governo do Distrito Federal tem várias secretarias e órgãos com autonomia administrativa e todos eles têm convênio com postos de gasolina e pagam pelo combustível o mesmo preço que eu e você. Há uma diferença: o governo é um grande consumidor. Se ele é um grande consumidor, ele tinha que pagar mais barato, mas ele paga o mesmo preço. Eu acho que a Câmara Legislativa deveria regular isso. Em alguns lugares, tentou-se regular isso, para fazer com que os órgãos públicos diversificassem e estabelecessem mecanismos de desconto nas compras por atacado.

Por último, a questão da regulação para aumentar a concorrência. Em Brasília, 60% dos postos de gasolina estão na mão de uma rede, se não me engano. Essa rede domina 60% dos postos de gasolina. Neste caso – vamos dizer assim –, a rigor, o cara pode até dizer que não é cartel. Ele pode alegar: "São os meus postos. Eu tenho 60% postos. Eu coloco o mesmo preço em todos os meus postos."

Isso ocorre por causa da legislação e da dificuldade de conseguir uma licença para instalação de um posto de combustível aqui em Brasília. Como foi feito na questão dos transportes, em que em alguns estados e capitais há uma limitação, isto é, nenhuma empresa de ônibus pode ter mais de 15% da frota, talvez seja a hora de se fazer também uma legislação aqui para que nenhuma rede possa ser dona de mais de 15% ou 20% do volume de postos de gasolina. E não só gasolina, isso deveria ser aplicado a outros agentes, como o comércio, para evitar que se forme um oligopólio. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado, Nelson. Vou passar a palavra, por três minutos, ao José Maria de Oliveira, secretário de finanças do Sindicato dos Vigilantes. Em seguida, o Dr. Eduardo vai ter que responder a quem perguntou até agora. Ele vai sair para dar uma entrevista e já vai se despedindo. Nós vamos continuar aqui debatendo com os demais componentes da Mesa. Depois é o Washington, Presidente da Federação dos Comerciários.

SR JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA – Boa tarde à Mesa. Boa tarde ao meu Deputado Chico Vigilante. É um prazer estar aqui nesta sessão, fruto de iniciativa do nosso Deputado Chico Vigilante.

Eu quero falar para vocês que em Brasília há um problema, porque esses empresários estão aí há várias décadas. Quem manobrava eram os políticos, e eles não estão nem aí. Nós, trabalhadores, é que estamos pagando combustível caro. Se você sair e for a Goiânia, vai ver que a diferença no preço do combustível é de até vinte ou trinta centavos. Você faz um orçamento durante o mês – eu faço esse trabalho de orçamento – e em cada mês, é um preço diferente. Você nunca vai trabalhar com aquele orçamento, porque todo mês você tem que rodar os números porque os números aumentam sempre. Você faz um orçamento do preço de gasolina em um mês, quando chega em abril, ele é totalmente diferente. Você morre doido e nunca chega no seu orçamento.

Dr. Douglas, quero dizer ao senhor e aos que são as grandes autoridades nesses negócios que acho que, se o posto tivesse mais de uma reclamação, vocês deveriam ter a autoridade de fechá-lo. Já foi gente presa, já foi não sei o que mais e continua a ladroagem, a mesma coisa. Nunca se chega ao final. O que se tem de fazer? Fechar. E acabou. Eles vão ter que rebolar para regularizar a situação. Vocês vejam as empresas de posto de gasolina: é uma vergonha. Você chega lá, parece que está tudo numa balança só. O preço é a mesma coisa, não tem uma diferença, nem de um centavo. Você viaja 180 quilômetros e o preço é outro.

Quem é o culpado disso? São os órgãos competentes, que têm de punir os postos. Não sei que miséria têm esses órgãos, que não vão lá multar os postos. Pessoas já foram presas, mas não adianta nada, continua a mesma coisa. E nós, trabalhadores, que nos ferramos. Veja a nossa situação! Nós, trabalhadores, não andamos de carro porque achamos bonito, mas porque precisamos. Se você pega um ônibus daqui para Taguatinga, gasta uma hora e tanto, além de passar uma hora esperando por ele na parada. Será que não somos gente porque andamos em uma lata daqui para a Ceilândia? Não é, rapaz...

Então, Dr. Douglas, digo que a responsabilidade é dos senhores, que são dos órgãos competentes. Outro dia eu estava falando com um empresário e ele disse que a culpada de tudo é a crise. Eu lhe disse para tirar os olhos da Globo e trabalhar para esquecer da crise. Não trabalha; só vive com o olho na Globo. Vamos trabalhar, rapaz! Mas não. De tudo que você vai reclamar no mercado, a culpa é da crise. Que crise, rapaz? Vamos trabalhar!

É a mesma coisa essa confusão com os postos de gasolina. Outro dia encontrei com o gerente de um posto e lhe perguntei se o combustível não iria parar de aumentar. Ele respondeu que iria aumentar mais, porque a crise estava pesada. Quer dizer que é crise? Vai trabalhar e deixa de roubar o nosso bolso! Porque nós abastecemos nosso carro no seu posto de gasolina. Daqui a vinte dias, você vai ver: o dinheiro que você pagou não dá para o mesmo tanto de gasolina. Você tem que completar.

Temos que cobrar dos órgãos competentes! Isso é o que temos de fazer. Porque vai preso um monte de vagabundos que tem por aí e continua a mesma roubalheira no nosso bolso.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Sr. José Maria de Oliveira.

Eu já registrei algumas equipes de imprensa presentes, mas quero acrescentar a *TV Bandeirantes*, a *TV Brasil*, o *Portal Jota* e o *Correio Braziliense*.

Vou passar a palavra ao Dr. Eduardo Frades Rodrigues, para responder ao que foi falado até agora. Em seguida S.Sa. vai sair para dar uma entrevista, mas vamos continuar com o debate, pois faltam duas pessoas inscritas e a resposta dos componentes da Mesa.

Antes de o Dr. Eduardo responder, quero perguntar-lhe por que temos tanta dificuldade de implantar postos de gasolina em supermercados, *shoppings* e outros estabelecimentos em Brasília.

SR. EDUARDO FRADE RODRIGUES – Bom, já começando a resposta à pergunta de V.Exa., Sr. Presidente, até no mês passado, legalmente, não poderia. Sabemos bem que, ao longo dos anos, foi manifestado interesse de vários agentes que gostariam de fazer isso. A experiência comparada com outros municípios em que isso aconteceu demonstra que nesses locais esse tipo de agente consegue baixar os preços mais do que a média e isso gera um nível de concorrência para o mercado.

Aqui no Distrito Federal, isso não acontecia porque era proibido pela legislação, uma coisa para a qual o Cade, desde 2004, vinha atentando e pedindo que fosse alterada. Finalmente, foi alterada há pouco tempo e vamos ver como o mercado vai se comportar a partir de agora. Vamos ver se a regulamentação está bem feita, de maneira a permitir que isso aconteça, e incentivar que os empresários, de diferentes ramos, tenham interesse em fazer isso.

Respondendo as perguntas feitas aqui, vou começar pelo Sr. Nelson. Quero, inclusive, parabenizá-lo pelo conhecimento do mercado, porque ele tocou em alguns pontos bastante aprofundados e que nós analisamos. Com relação à alta concentração desse mercado, é verdade, é um mercado muito concentrado no Distrito Federal, e isso contribui muito para os problemas que acontecem aqui. Já falei isto antes e vou falar novamente: é um problema que pode ser atacado pelo Cade, caso, ao final da investigação, concluamos que existe esse cartel e que uma das razões para sua existência é uma alta concentração do mercado na mão de poucos agentes.

O senhor também tocou na questão do preço de pauta, ou do preço presumido da Confaz e da possibilidade de isso gerar uma coordenação dos agentes com preço até maior. É algo que temos analisado também, algo, inclusive, a ser conversado entre Cade e ANP e, eventualmente, junto à Confaz, para vermos os efeitos potencialmente problemáticos sobre o mercado. É obvio que a gente entende que a legislação tributária tem as suas necessidades, mas vamos ver se é possível trabalhar para amenizar os problemas que possam derivar daí.

Respondendo de forma conjunta as perguntas da Srta. Cecília, do Sr. Vicente e do Sr. José Maria, gostei muito dos testemunhos que foram feitos aqui, porque é importante mostrar como estamos trabalhando lá, no meio daquele bando de processo, papel, leis etc. e por que a gente faz aquilo, por que cartel é crime, por que existe uma autoridade da defesa da concorrência gastando recurso do contribuinte para atuar, por que existe uma ANP etc. Porque isso afeta a vida das pessoas, de verdade. O cartel piora a vida das pessoas. As coisas ficam mais caras, as pessoas têm que pagar mais para conseguir se locomover, elas deixam de usar esse dinheiro para comprar outras coisas que poderiam estar comprando. Esse é um exemplo clássico do que é um cartel e o modo como ele, de fato, afeta negativamente a vida das pessoas.

Eu queria dizer para vocês que o compromisso do Cade é completo com esses interesses e que estamos trabalhando por vocês. Tenham certeza disso! Na minha opinião, o Cade está atuando nessa investigação de forma inédita, com uma energia grande, utilizando instrumentos que nunca tinham sido utilizados, justamente para que essa investigação, ao final, tenha um resultado positivo. Tenham certeza de que, se chegarmos ao final dessa investigação e constatarmos que, de fato, existe um crime, existe um ilícito, essas empresas serão punidas, no que depender de mim, com o maior rigor possível da lei.

Agradeço a todos. Agradeço o convite. O Cade permanece totalmente à disposição da Câmara Legislativa sempre que formos chamados.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Dr. Eduardo. Quero testemunhar para o senhor que estamos muito esperançosos, principalmente com a sua posição expressa aqui. Tenho certeza da maneira correta com que vocês estão tocando esse trabalho. Há pouco eu conversava com o senhor e dizia que me anima muito todos esses órgãos terem adquirido pessoas jovens, dinâmicas e corajosas, tanto a Agência Nacional do Petróleo, cujas limitações a gente conhece, como o Cade.

Nós, aqui do Distrito Federal, aqui na Câmara Legislativa e, acima de tudo, a representação aqui da sociedade civil depositamos muita esperança no trabalho que os senhores estão realizando.

Concedo a palavra agora ao nosso companheiro e amigo, Presidente da Federação dos Comerciários do Distrito Federal – FETRACOM, Sr. Washington Domingues Neves.

SR. WASHINGTON DOMINGUES NEVES – Boa tarde a todos e a todas. Quero cumprimentar o nobre Deputado Chico Vigilante, ao mesmo tempo que cumprimento todos os componentes da Mesa.

Chico, quero primeiro parabenizar uma das suas ações não só no que tange ao direito do trabalhador, mas à preocupação com o bem-estar de cada trabalhador e trabalhadora. Tenho oportunidade, por meio da sua assessoria e em conversa com você sempre que tenho oportunidade, de falar em relação a esse tema. Não foi fácil chegarmos aonde chegamos, darmos início a uma questão dessas, começarmos uma investigação, chamarmos as autoridades que aqui estão e estarmos nesse caminho em que acreditamos.

Não só como dirigente sindical, mas como consumidor, venho a esta Casa hoje com o intuito de dizer que me sinto, até o momento, muito feliz em saber que realmente há aqui uma pessoa que tomou partido nessa questão e que realmente isso vai caminhar, que vai ser resolvida essa questão dos preços dos combustíveis no Distrito Federal. Isso existe há anos aqui em Brasília e nunca foram tomadas providências, até chegar aonde chegou. Inclusive, somente uma pessoa é detentora

de 60%, com essa questão de monopolizar e fazer com que os preços dos combustíveis sejam manipulados somente por uma única pessoa.

É complicado, Deputado Chico Vigilante, quando a gente chega para falar sobre essa questão dos combustíveis. Eu estava conversando com um trabalhador e o convidei para vir aqui, mas ele me disse assim: "É uma situação muito complicada, Washington, porque não só eu, mas um grande número de pessoas que têm parentes que moram no estado de Goiás e que, em finais de semanas ou em alguns outros períodos, vão visitá-los, se pudessem colocar água dentro do tanque do seu carro até chegar a um posto de Goiás para completá-lo, eles fariam isso.

Por que isso? Porque somente aqui no Distrito Federal existe esse tipo de situação? Por que em Goiás o combustível é mais barato? Diga-se de passagem que, recentemente eu estive em Anápolis, em Goiânia e em algumas outras cidades ali ao redor, os preços dos combustíveis são muitos e muito variáveis. Não são poucos. Para alguns companheiros aqui que não tiveram a oportunidade de fazer essa comparação que eu fiz, é a realidade! E se formos entrar aí pelo Norte de Minas, pela Bahia, a situação também não é diferente nessa questão. Fica uma situação muito complicada.

Eu acredito, e tenho certeza de que cada um que está aqui hoje também acredita que essa situação vai ser contornada. Mas quero dizer às autoridades aqui que muitas pessoas não acreditam que isso vá mudar. As pessoas estão calejadas de tanto apanhar. Elas preferem acreditar que vão continuar apanhando e que isso nunca vai ser resolvido, até o ponto de falarem que acreditam que vão ver o veículo movido a água ser fabricado e andar, mas não acreditam que vão ver o preço do combustível ser reduzido aqui no Distrito Federal. Então, a gente tem a habilidade de responder a essa pessoa que ainda não acredita... E isso é papel nosso, não somente como cidadão, mas também como dirigente sindical.

No mais, foi falado aqui pelo CADE sobre o porquê dos combustíveis... que se tem de comprar um barril de petróleo por um certo preço e que se manobra para que ele fique com um preço único, além do que é praticado em outros locais.

Quanto à fiscalização, foi citada aqui uma questão muito interessante. Por que os postos de combustíveis não funcionam por meio de concessões por tempo determinado? Vão passar por um período de fiscalização das autoridades, e, se não cumprirem, ou for constatado abuso, ele perde a concessão. Fica aí uma dica em relação a isso daí.

No mais, eu agradeço a oportunidade. Nós estamos sempre à disposição, não somente para esse tema, mas para qualquer assunto que você pautar nesta Casa ou fora dela. Nós estaremos de prontidão aí do lado para defender os interesses não somente da classe trabalhadora, mas da sociedade de um modo geral.

Muito obrigado pela oportunidade. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, companheiro Washington.

Quero registrar a presença do Sr. Izar Aquino Costa, que é Diretor do Sindicato dos Rodoviários. Registro ainda a presença do Sr. Osvaldo R. Lima, Diretor do Sindicato dos Rodoviários; do Sr. Leandro M. Pereira, Diretor do Sindicato dos Rodoviários.

Convido para fazer uso da palavra o Sr. Denivaldo Alves do Nascimento, Secretário-Geral do Sindicato dos Trabalhadores das Escolas Públicas do Distrito Federal. São os auxiliares. Todos, nas escolas públicas, que não são professores são representados por esse sindicato.

SR. DENIVALDO ALVES DO NASCIMENTO – Boa tarde, companheiros e companheiras, porque somos sindicalistas. Quero aqui agradecer ao Deputado Chico Vigilante o convite e parabenizá-lo por esse evento que eu acho que é de fundamental importância e de interesse de toda a sociedade. Eu acompanho essa luta do companheiro Chico há muito tempo. Desde que ele era Deputado Federal, ele vem lutando com esse cartel de combustíveis. A sociedade já vive pagando impostos caros dos seus carros, como o IPVA e outros. E, quanto ao combustível, realmente é preciso tomar providências sobre isso, porque é muito caro.

Andar em Brasília é muito caro. Eu estava ali calculando minimante quanto gasto de gasolina por mês. Estou gastando em média, vindo do Recanto das Emas, que é onde moro, para cá, 700 reais de combustível por mês. Isso é, no mínimo, 20% do salário do trabalhador. A gente precisa lutar por isso. A concorrência precisa ser investigada, ser fiscalizada.

E digo muito mais: eu acho que o posto daquele que se utilizar do cartel e continuar usando essa prática ilegal não tem que ser fechado. Ele tem que tomar uma multa milionária, porque, se apenas fechar, ele abre outro, um ou dois postos lá na frente, pois tem dinheiro para isso. Tudo vale quando doer no bolso. É assim. A partir do momento em que se adotarem essas medidas enérgicas, talvez eles parem de fazer isso.

Da mesma forma, há o risco que a gente corre quando vai abastecer no posto. Você não sabe se aquela gasolina é adulterada. Uma vez eu fui colocar gasolina no meu carro, e o carro estava engasgando. Depois o mecânico me falou que aquilo foi proveniente de uma gasolina que foi colocada com um nível maior de água. Eu não sabia qual tinha sido o posto, porque você abastece em um e em outro, e desconhece isso. Então efetivamente tem que haver uma fiscalização. Afinal de contas, pagamos muito caro por isso. A sociedade paga muito caro para isso.

Hoje, se você for fazer um cálculo por baixo do quanto esses caras enriquecem! Hoje a população de Brasília é de 2 milhões de habitantes. Dois milhões de habitantes. Calcule, por família, no mínimo, dois carros. São 4 milhões de carros andando na rua. Não são poucos carros. Então, vamos devagar, porque os

trabalhadores e a sociedade precisam pagar barato e com qualidade. Um grande abraço. A luta continua.

Obrigado, Chico. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado, Sr. Denivaldo.

Eu vou passar a palavra agora ao Sr. Assessor da Coordenadoria de Defesa da Concorrência da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, Douglas Pereira Pedra.

Já combinei com o Douglas que ele vai falar, e eu vou ali dar uma entrevista, porque o pessoal tem que fechar as matérias, e a gente tem que colaborar com a imprensa também. É importante a divulgação do que estamos fazendo.

SR. DOUGLAS PEREIRA PEDRA – Obrigado a V.Exa.

Alguns comentários que foram trazidos aqui, como disse o Superintendente do Cade, são muito importantes porque corroboram... Inclusive, o que eu mencionei, quando falei da fragilidade a que a estrutura de mercado daqui expõe o consumidor perante o poder dos postos, perante o poder dos agentes econômicos. Ela é sentida no dia a dia.

Como eu falei, morei aqui em Brasília e sei como o consumidor daqui depende de carro, de moto. A própria geografia do Distrito Federal, como a cidade, com seu traçado urbano, foi planejada, pensada, dificulta até mesmo onde o transporte público é bem servido. Eu lembro que, quando eu me movimentava aqui por transporte público, eu tinha de andar um longo trecho para chegar aonde passava o transporte público, para chegar ao lugar onde ele me deixaria, para eu andar muito mais para chegar aonde eu queria chegar. Então o carro, a moto, os transportes alternativos têm um peso, e um peso muito diferente para quem mora aqui, em relação a outras capitais.

Isso se reflete, se a gente consegue captar, nessa baixa elasticidade de preço, como eu falei. O consumidor de Brasília, insisto, estruturalmente, está fragilizado em relação ao agente econômico. Isso é um fator econômico da estrutura do mercado daqui. Ao contrário do que pode parecer, isso não serve para eximir da responsabilidade os agentes. Pelo contrário, pela lógica da defesa da concorrência, pela lógica da defesa do consumidor também, àquele que detém o poder diferenciado cabe ônus maiores. Ao agente econômico, por deter esse poder diferenciado, a lei impõe restrições diferenciadas. Isso não é algo que exime o agente econômico de responsabilidade, pelo contrário. É assim porque o morador das cidades mais distantes do Plano, a pessoa que ganha menos e está exposta a transporte público com uma tarifa mais cara – porque o combustível do transporte público também aumentou – está mais exposta à responsabilidade, inclusive legal, do agente econômico, responsabilidade que é maior por exigência das leis de defesa do consumidor, de defesa da concorrência. Por causa dessa fragilidade é que se justifica todo esse esforço de autoridades públicas para encontrarem soluções, não o

contrário. Por causa dessa fragilidade do cidadão diante do poder econômico, se justifica e se faz mais do que necessária essa articulação.

Entendo a frustração do cidadão, porque o agente público também é cidadão. Todos nós aqui nessa Mesa também somos cidadãos. Todos nós somos consumidores de combustível também. A frustração de vocês nós também sentimos na nossa vida privada. Também é nossa essa frustração de acompanhar as dificuldades e de se punir. E, até quando se pune, existe dificuldade de perceber que a punição está gerando um efeito de transformação da realidade. Essa frustração também é nossa.

O superintendente do Cade, o Eduardo, mencionou bem isso. Ele falou da empolgação em que está, da expectativa positiva que tem – que nós todos temos – com esses novos movimentos. Nós que vimos trabalhando no aperfeiçoamento do combate institucional a essas práticas tão destruidores para a economia popular, para a economia do cidadão, também vivenciamos essa frustração, porque é um trabalho técnico.

Num estado democrático de direito, a lei tem que ser seguida pelas autoridades. A gente encontra uma dificuldade de aprender a fazer uso dos instrumentos legais de um jeito efetivo, eficaz, que gere resultados. Isso é um aprendizado. Como eu falei, o Estado brasileiro, há pelo menos dez anos, vem aprendendo a como se articular usando todos esses poderes. Vem aprendendo como é que essas autoridades podem usar os seus poderes legais, para, em conjunto, dar as respostas de que a sociedade precisa; mais do que deseja: precisa.

Então, esse aprendizado chegou a um ponto, hoje, em que novos mecanismos estão sendo utilizados. O Cade está fazendo uso de algo que ele nunca usou, que é intervir, é chegar e dizer: "Olha, não é mais você, agente econômico, que vai dizer quem é o gerente desse empreendimento. Eu é que vou dizer quem é a pessoa, e essa pessoa vai se reportar a mim". Faz isso para que o comportamento desse agente mude. Isso é fruto desse aprendizado e dessa frustração institucional, porque as instituições também aprendem colhendo os efeitos das suas práticas, das suas decisões.

Nesse sentido, houve uma expectativa aqui, numa fala, quanto a ver agentes econômicos sendo retirados do mercado: "Por que nada acontece?" Como eu falei, e reitero, há pouco tempo o artigo 10 da lei que trata de penalidade quanto ao abastecimento passou a ser utilizado, e ele implica revogação das autorizações. Não é fechar o posto, não, porque a gente também não quer desabastecimento. Não interessa para a sociedade que se feche o posto. Revogar autorização significa tirar aquele agente que está responsável por aquele posto para que entre outro. Porque a gente quer posto, competindo, gerando competição; posto com uma postura pró-concorrência, porque a concorrência gera bem-estar econômico para toda a sociedade, para o cidadão no dia a dia. Gera melhor qualidade, melhores preços, preços mais em conta. Para isso precisamos de posto aberto, mas revogando-se a

autorização do agente econômico que estava responsável por aquele posto e foi condenado pelo Cade.

É esta nova possibilidade legal que começou a valer recentemente na ANP: a lei diz que, quando o Cade condena, a ANP revoga a autorização. Esse artigo pôde ser utilizado, por forças legais, recentemente, e já começamos a aplicá-lo em outras cidades onde houve condenação pelo Cade. E os agentes não estavam esperando.

Isso muda tudo em termos de punição. Muda tudo, porque não se trata mais só daquele cálculo da multa, se vale a pena ou não. Talvez a multa valesse a pena. Durante anos e anos lucrando acima do preço competitivo, muitas vezes vale a pena permanecer na falta. Faz-se essa conta econômica.

Revogar a autorização significa: "Fulano, você, que era o dono desse posto, agora não pode mais operá-lo, você vai passá-lo para outro". São essas as recentes decisões da ANP com base no art. 10 da Lei nº 9.847, de 1999. É uma novidade de peso que a gente vai ver. Mas insisto que isso depende de condenação pelo Cade, isso vale para os casos em que o Cade condena por infração da Lei de Defesa da Concorrência. São desdobramentos da atuação da ANP, futura, que ocorre após a condenação feita pelo Cade.

A ANP não tem a atribuição de fiscalizar preço, quem fiscaliza preço, quem tem poder sobre preço são os órgãos de defesa do consumidor, com base no Código de Defesa do Consumidor, que tem o instituto do lucro abusivo. No caso dos movimentos de preço ligados a práticas anticompetitivas, quem investiga e pune é o Cade, na esfera administrativa. Na fase de investigação, o papel legal da ANP – a gente não pode agir fora da lei – é ajudar esses órgãos, com estudos econômicos que subsidiem a investigação. Mas, depois da condenação pelo Cade, a gente entra com este instituto novo, que começou a ser aplicado recentemente: a revogação da autorização. O posto fica aberto, mas tem de passar para outro agente. As autoridades seguem de olho, seguem acompanhando, porque é o seu papel.

Em relação à adulteração de combustível, que foi mencionada, isso, sim, é atribuição de fiscalização da ANP, que tem sede aqui em Brasília, que inclusive recebe denúncias. Toda denúncia em relação a adulteração pode e deve ser levada à ANP. Nossas próprias equipes de fiscalização e as conveniadas Brasil afora atuam, e atuam com bastante incidência. Através de operações de inteligência e de fiscalização, elas interditam postos. Isso é papel da ANP, que o desempenha bastante a contento.

Todos vocês são convidados a entrar no *site* da ANP, no qual a gente tem um centro de relação com o consumidor que recebe – por *e-mail*, carta, por um número de telefone 0800 – denúncias, solicitações de informação de qualquer cidadão, de qualquer agente público, de qualquer agente econômico.

A ANP é um dos órgãos, entre os que conheço, que faz um dos esforços mais intensos de transparência e de comunicação com a sociedade. Tenho muito orgulho disso. No *site* da ANP tem o CRC – Centro de Relações com o Consumidor.

Se tiver qualquer suspeita de adulteração de combustível, entre lá, fale o nome do posto, quando foi que você passou lá, que as equipes da ANP estão a postos, estão nas ruas, estão agindo – equipes próprias e equipes conveniadas.

A ANP atua bastante em convênio com outros órgãos de fiscalização Brasil afora para dar conta do trabalho. Há em torno de 40 mil postos revendedores, só de combustível automotivo, sob a fiscalização dessas equipes. Então, a gente atua por meio de convênios com o Corpo de Bombeiros, com o PROCON – Instituto de Defesa do Consumidor, com o Ministério Público, com equipes Brasil afora para dar conta dessa nossa atribuição. E, graças a esse esforço, a essas parcerias, a gente consegue dar respostas. Convido vocês a conhecerem o *site* e denunciarem toda e qualquer suspeita de adulteração de combustível.

Do ponto de vista do consumidor, na esfera de atribuição, a ANP não fiscaliza preço, não tem poder de punir em relação a preço, ela só acompanha. Os preços são livres no Brasil; a qualidade do combustível, não. A qualidade do combustível tem que seguir os regulamentos da ANP, as resoluções, as regras da ANP de qualidade, de tipo... A ANP fiscaliza. E, à medida que o posto vai sendo condenado nos processos da ANP, com sucessivos autos de infração, reincide nessa pratica abusiva extremamente prejudicial ao consumidor, a adulteração de combustível, pode também chegar à revogação da autorização. As multas vão aumentando na medida da reincidência e no limite pode ser revogada.

Temos equipes autuando, fiscalizando, julgando esses processos, cobrando essas multas e implementando essas comissões. Para isso, contamos com a sociedade através desses canais nos quais recebemos essas denúncias.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Dr. Douglas Pereira Pedra. São animadoras as palavras da ANP, porque tenho a certeza absoluta de que, com o trabalho que o Cade está fazendo, o Procon, vamos punir realmente esses operadores do cartel.

O Dr. Douglas, agora, vai dar uma entrevista ali também.

Eu passo a palavra ao Diretor-Geral interino do Instituto de Defesa do Consumidor, Procon, José Oscar da Silva.

SR. JOSÉ OSCAR DA SILVA – Como já foi dito, a presença do Procon neste evento tem muita relevância para nossa atuação. O Procon, como podemos afirmar, é uma espécie de tribunal administrativo do consumidor. E, muitas vezes, os consumidores não têm muito a informação com relação à forma de utilizar.

Todos nós, na verdade, somos fiscais do Procon, porque atuamos de ofício, ou seja, por iniciativa própria com nosso quadro de fiscais, com nosso quadro de servidores, atuamos também baseados nas informações, nas denúncias feitas. Inclusive, chegamos a atender notícias que nos sãos trazidas em espaço de tempo muito curto. Temos dado solução aos conflitos na relação consumerista em prazo

muito exíguo, porque, considerando essa condição de aplicar multas, nos casos em que seja encontrada, revelada a violação das normas e apurada com o devido processo, e esse é um custo que temos.

A credibilidade do Procon é exatamente fundada no interesse do consumidor, de buscar o seu instrumento mais imediato. Então, estamos, assim, em um momento de poder atuar; em que pese a estrutura do órgão, estamos em condições de atender às demandas. O que disseram alguns que se manifestaram, como nosso amigo, Zé Maria Oliveira, o Procon está à disposição para receber as denúncias, para receber as reclamações, e tem tratado muito dessa questão.

Quanto à parte dos postos de combustíveis propriamente, que é o tema aqui trazido, o Procon tem acompanhado e atuado de forma muito efetiva. Inclusive, junto com o Ministério Público, tem levado as informações colhidas e analisado todas as reclamações, todas as oportunidades para viabilizar um processo que venha a ensejar na multa, que, por incrível que pareça, Deputado Chico Vigilante, é uma forma de pressão para que os fornecedores de produtos e os prestadores de serviço possam observar essas normas. Então, quanto mais o Procon se faz presente... Na realidade, não é a quantidade de multas, mas é a quantidade de ações que fazem a medida de atuação do órgão.

Somos uma autarquia que está a serviço do cidadão, que tem colhido informações e fornecido estas ao Ministério Público e aos demais atores que atuam nesse segmento. A comissão vem exatamente para, colhendo todas essas informações, trazer aos nossos consumidores – que somos todos nós indistintamente, eu acho que é uma questão muito igualitária essa de ser consumidor, porque todos o somos – o resultado desse trabalho incansável, um trabalho que resiste a tantas objeções das quais temos ciência.

Felizmente temos a Câmara Legislativa, temos a ação parlamentar para buscar soluções para esses conflitos que vêm trazendo um transtorno para a nossa sociedade. Vêm trazendo inquietação, como foi dito, a um lugar onde temos o maior consumo.

Sabemos que a quantidade da venda propicia uma redução do lucro nominal, porque terá um lucro maior com o acúmulo de vendas. Quem vende em grande quantidade, né? Quem vende em quantidade, quem vende no atacado, quem vende no varejo. Isso tudo deve ser levado em conta. Eu creio que esses estudos trazidos aqui serão levados a efeito para que possamos ter um equilíbrio nessa relação. Não se quer eliminar os lucros; porque o lucro é sagrado, quando ele é lícito, quando é para compensar a condição de servir ao consumidor, de servir ao cidadão. Então, é justo que ele pague, mas é justo que ele pague com justiça.

É isso que esperamos do Procon, não só atuar no sentido de abrir os processos e punir as empresas, os fornecedores, mas, sobretudo, prevenir, para que as condutas possam ser antecipadamente equilibradas de forma que possam garantir ao consumidor, ao sistema, um equilíbrio nessa relação de consumo, de produções

de consumo, porque isso, com certeza, facilitará a própria produção, a própria distribuição, no caso específico, para que o cidadão possa se sentir servido e possa ter a satisfação de que está pagando por aquilo que efetivamente recebe.

Esse é o nosso ponto quanto a essa relação. Sabemos que o regramento de tudo isso não é feito especificamente pelo Procon, porque ele é um órgão que aplica as normas, portanto, não cabe a ele elaborar a distribuição das competências. Deixo isso muito claro.

Então, nós no Procon estamos à disposição. Gostaríamos que fosse divulgada essa condição de o Procon estar às ordens do consumidor. Que o Zé Maria e tantos outros possam utilizar esse órgão, que é um órgão mais próximo do cidadão e mais à disposição, para, até pelo telefone, denunciar uma irregularidade em que o Procon possa atuar. Além de trazer as informações, de se manter ao dispor para fornecer todas as informações que forem colhidas, tudo o que for necessário e que estiver no âmbito do Procon fica às ordens da comissão, assim como de qualquer cidadão que se disponha a utilizar esse órgão, que é uma conquista da nossa Constituição, originalmente, e do nosso Código de Defesa do Consumidor. De modo que para nós é uma satisfação, é uma alegria muito grande estar aqui.

Peço permissão para agradecer a presença do nosso Diretor de Fiscalização, o Dr. Maurício Bonfim, aqui presente. Ainda peço licença para fazer o registro de uma pessoa, e sou testemunha, que prestou muito de sua juventude, de sua potencialidade, sobretudo de sua inteligência, que é o professor e jornalista Fernando Tolentino, que aqui se faz presente. Eu o reconheço como alguém que muito contribuiu pelo pleno exercício da cidadania no Distrito Federal.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado ao nosso Diretor-Geral do Procon, Dr. José Oscar da Silva.

Concedo a palavra ao Ravvi Augusto de Abreu Coutinho Madruga, Coordenador-Geral de Análise *Antitrust* do Cade.

SR. RAVVI AUGUSTO DE ABREU COUTINHO MADRUGA – Obrigado, Deputado.

Para encerrar aqui a participação do Cade, eu gostaria de deixar registrado que esse Conselho está se empenhando nesse caso. Nós estamos com uma equipe de servidores dedicada só à análise do caso dentro do Cade.

Acredito, Deputado, que durante todos esses anos de investigação dos preços, nunca chegamos a um ponto tão avançado de investigação. Realmente acreditamos que essa questão será bem resolvida, e finalmente a população do Distrito Federal terá um resultado. A gente acredita que este será um ano chave, porque há uma lei que autoriza a instalação de postos em estabelecimentos comerciais, o que antes era vedado, como *shoppings centers*, supermercados e outros.

Ao lado disso, temos a investigação feita tanto pela Polícia Federal como pelo Ministério Público e pelo Cade. Nesses anos todos, registro aqui a luta do Deputado Chico Vigilante sempre indo às autoridades, insistindo nessa questão. De certa forma isso nos incentiva e mostra que existe realmente interesse para que essa questão seja definitivamente resolvida no Distrito Federal.

Sendo bem breve, dado o adiantado da hora, eu reafirmo o compromisso do Cade. Acreditamos que este será um ano muito importante para a população do Distrito Federal. As mudanças não ocorrem da noite para o dia. Ao longo deste ano, aos poucos começaremos a ver essas mudanças que há muito esperamos.

Agradeço mais uma vez o convite. Desejo um agradável final de tarde a todos. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado, Dr. Ravvi.

Aproveito a oportunidade para convidar as companheiras e companheiros que estiveram com disposição.

Um amigo nosso, o Dr. Marcello Lavenere, que foi presidente da OAB Brasil, está convidando todos que puderem a participar de um ato que está se realizando agora no Hotel Nacional, em defesa da democracia. É muito importante a participação nesse ato promovido pelo Dr. Lavenere.

Agradeço a toda a equipe do meu gabinete, que colaborou para que essa sessão acontecesse. Registro uma carta do Deputado Robério Negreiros dirigida à nossa comissão geral, dizendo da impossibilidade de estar aqui hoje. Agradeço à Veronica e ao Carlos do Cerimonial da Câmara Legislativa; ao Raul, que está cuidando do som; à Ruth e à Francisca, copeiras que serviram nosso cafezinho.

Ao encerrar esta comissão geral daqui a pouco, sairei muito animado. As palavras que ouvimos do Cade, do Procon e da Agência Nacional do Petróleo são reconfortadoras. Estou lutando há treze anos. São treze anos de estrada nessa batalha combatendo esse cartel. Sinto que estamos bem próximos da vitória.

Foi dito hoje pelo Cade e pela Agência Nacional do Petróleo que já estão fazendo a intervenção, o que é um fato inédito e eu quero parabenizar o Cade. Como dizia o presidente Lula, nunca antes na história deste País isso tinha acontecido. Vocês estão fazendo, e estão fazendo com coragem, de maneira brilhante, sem açodamento, com a segurança necessária. Tanto é que eles foram à Justiça e não conseguiram barrar. Tentaram. Em outros momentos eles conseguiram, mas desta vez não, porque vocês fizeram bem feito. Quando se faz bem feito, não tem reparo. A Justiça disse que vocês estão corretos no que fizeram. Portanto, estou muito animado com essa intervenção, bem como com essa possibilidade, que foi anunciada aqui hoje, de cassar a liberação deles. Não vai fechar o posto, vai cassar e passar para outro, porque o posto é da Petrobras. O posto da Gasol é da Petrobras. Então, cassa e passa para outro que queira trabalhar, ganhar o seu dinheiro honesto.

Nós estamos em um país capitalista, as pessoas ganham dinheiro, mas não pode ser nos espoliando, como estão fazendo. Eu vou à feira do P Sul, e no setor de venda de galinhas tem muita gente vendendo galinha. As mesmas galinhas! A gente compra de quem acha melhor, ou daquele que faz um precinho melhor. Há muita gente vendendo roupa, roupa de qualidade. A gente compra aquela que acha melhor, mais barata. Lá tem muita gente vendendo cachorro-quente, e você escolhe. Por que com o combustível tem que ser diferente? Por que com o combustível estamos condenados a parar no posto, sabendo que estão todos com o mesmo preço? Nós sabemos que pode ser diferente. Por que Goiânia tem lucro de 14%, e aqui é de 20%? O que explica? O que explica no Amapá ser menor que aqui, se lá o combustível chega de barcaça? Aqui vem de duto. Portanto, eu fico animado.

Quero agradecer a participação de vocês, a demonstração de que a sociedade está interessada. A sociedade não vai se calar. Hoje nós temos essa comunicação fantástica que é o WhatsApp. Vamos nos municiar de informações, vamos municiar a Agência Nacional do Petróleo de informações. Foi a um posto, colocou gasolina, o carro saiu engasgando, denuncie imediatamente para a Agência Nacional do Petróleo.

Eu descobri, Dr. José Oscar, na época da CPI, que geralmente eles vendem a gasolina adulterada no sábado e domingo, quando não há fiscalização. Um frentista denunciou para nós o *modus operandi* da quadrilha. Se você chega a um posto e os frentistas estão mandando todo mundo para a mesma bomba. Não vá! Possivelmente aquilo ali é adulterado. Vai todo mundo para a mesma bomba. Não vá, porque possivelmente é adulterado. Eles têm que vender no sábado e domingo. Na segunda-feira, ou domingo de madrugada, já abastecem com gasolina boa. Se a Agência Nacional do Petróleo chegar, não existe nem o cheiro.

Nós descobrimos também, na época, sobre o álcool hidratado. O que é o álcool hidratado? Compra-se o álcool anidro, que é o álcool puro, e hidrata com 7% de água, mas isso é feito na usina. Eles estavam hidratando nos igarapés. Aí não eram só 7%. Eram sei lá quantos por cento! Passavam, colhiam a água, jogavam dentro do tanque e iam embora. Na época isso foi denunciado, mas infelizmente não tivemos tempo de apurar. Eles estariam adulterando até querosene de aviação, porque vem de Betim. A base de abastecimento do querosene de aviação é Betim. O pessoal realmente é perigoso.

Alguns pagam um salário miserável para os frentistas, exploram os frentistas e depois dão uma de bom samaritano. Anunciam ações sociais, bibliotecas, mas se formos ver a situação dos frentistas, como eles vivem, as dificuldades, as demissões... Um companheiro nosso fez um enfrentamento muito grande e era do sindicato dos frentistas. O cartel fundou outro sindicato em Brasília. Fundaram outro sindicato, eles realmente são danados, mas nós não vamos desistir.

Aqui, com o apoio da sociedade, nós nos sentimos reconfortados nessa luta que estamos travando há tantos anos. Agradeço cada uma e cada um que se deslocou do seu local de trabalho, da sua casa para vir aqui hoje. Agradeço

realmente de coração. Certamente vamos convidar vocês para outras atividades na Câmara Legislativa, para debater questões de nosso interesse. Eu sozinho não vou fazer nada. O Cade sozinho não faz nada, o Procon sozinho não faz nada. A Agência Nacional do Petróleo sozinha não faz nada, a gente depende de todos juntos, especialmente de vocês, para conseguir fazer alguma coisa.

Eu gostaria de agradecer a presença dos Parlamentares, das autoridades, do governo e demais convidados. Muito obrigado a todos.

Declaro encerrada esta comissão geral, bem como a sessão ordinária que a originou.

(Levanta-se a sessão às 17h40min.)